



# COLLOQUIUM

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE TEOLOGIA

ISSN: 2448-2722

## E A VERDADE OS LIBERTARÁ: REFLEXÕES SOBRE RELIGIÃO, POLÍTICA E BOLSONARISMO

**ALEXANDRE, Ricardo. São Paulo: Mundo cristão,  
2020.**

José Alves Mendes \*

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6625555810989731>

Ricardo Alexandre não é um teólogo de formação. Pelo contrário, é um jornalista de profissão. Modéstia à parte, seus posicionamentos sobre Deus e sua palavra não deixam a desejar, especialmente por se basear numa vasta fundamentação teórica, tanto no que diz respeito aos textos bíblicos, como também aos demais temas tratados no livro. Sobretudo, utilizando argumentos bem equilibrados.

Neste livro Ricardo Alexandre nos convida a refletir sobre as transversalidades entre a religião, política e bolsonarismo. Os dois primeiros, são temas estudados há milhares de anos por diversos estudiosos. Já o terceiro, o bolsonarismo, é um tema relativamente jovem no campo da pesquisa, e controverso, sobretudo na seara política nacional. Já adiantando, esse termo bolsonarismo se refere às políticas e ideologias do então presidente Jair Messias Bolsonaro que foi eleito no ano 2018. E claro, todos aqueles que aderem as suas ideologias políticas são chamados de "bolsonaristas."

---

\* Mestrando em geografia pelo programa de pós-graduação e pesquisa em geografia da universidade Federal do Rio Grande do Norte PPGe/UFRN. Professor efetivo da rede estadual do Ceará.

O livro está dividido em dezesseis capítulos. Todos, de alguma forma conectados. Os títulos dos capítulos encabeçam apontamentos estratégicos que transmitem ao leitor uma certa curiosidade sobre o desfecho do enredo.

Logo no início, Ricardo Alexandre faz a seguinte afirmação “O personagem principal deste livro não é Jair Bolsonaro.” Na sequência emenda afirmando categoricamente que o foco do livro “é a igreja evangélica brasileira e seu papel nesse fenômeno chamado bolsonarismo.” Aparentemente, essa afirmação não soa muito bem, pois se convencionou que “todo evangélico” deveria aderir aos “ideais conservadores” apresentados por Jair Bolsonaro e, conseqüentemente serem eleitores assíduos dele.

Diante disso, o autor nos traz à memória os principais eventos ocorridos no Brasil, sobretudo a partir de meados de 2013, quando a efervescência política partidária nacional estava em crise, desembocando numa extrema polarização em todos os setores da sociedade. Neste cenário, o Brasil ficou “dividido”. Direita versus esquerda, verde e amarelo versus vermelho, PT versus PSL etc, muito embora não aja uma homogeneidade nessa afirmação, pois uma parcela significativa da população votante não tem como referência nem um e nem outro, pelo contrário, tem sua preferência baseada, especialmente no equilíbrio, respeitando a diversidade de opiniões.

Neste sentido, Ricardo Alexandre avança trazendo reflexões sobre a verdade e a pós verdade. Para tanto, ele retoma o conhecido versículo bíblico de João 8.32, e sua relação com a campanha de Bolsonaro e também por fazer parte da maior parte de seu discurso no período pós-eleição. A crítica fundada no uso desse versículo é baseada na falta de contextualização do ponto de vista bíblico e pelo seu uso demasiado. Logo, o autor refuta o uso político-partidária dessa passagem.

À luz da Bíblia, quando Jesus Cristo esteve perante os religiosos e autoridades de sua época, se posicionou como Ele sendo a verdade e quem nEle cresse seria liberto dos seus pecados. Segundo Ricardo Alexandre, Bolsonaro não seguiu esse sentido do versículo, pelo contrário, o uso dessa porção bíblica nos argumentos de Jair Bolsonaro está ligado ao fato de ele apresentar a “única opção de verdade,” e, portanto, digno de ser ouvido e aceito.

Diante disso, todos os argumentos são válidos para a disputa e busca da “verdade.” Nesse ponto, o jornalista destaca que “os fatos objetivos são menos influenciadores na formação de opinião pública do que o apelo às emoções ou à crença pessoal.” Neste sentido, a campanha de 2018, demonstrou muito bem isso. Ambas as chapas que concorreram ao planalto usaram desse recurso. Ou seja, em geral os candidatos apelavam para as acusações, em que muitas delas não tinham fundamento, mas sim Fake News.

Falando em crença, no capítulo dois, Ricardo Alexandre faz um breve relato de sua experiência com Cristo e com a Igreja. Ele destaca que embora sua conversão tenha ocorrido aos quinze anos, numa igreja que ele admirava muito, sua saída se deu em pouco tempo. Sua saída da igreja e de toda sua família, consistiu no fato deles serem notados como oposição ao candidato político do pastor. Para a igreja, isso era considerado um ato de rebeldia, pois o pastor era visto como o porta voz de Deus, portanto o que ele falasse deveria ser acolhido sem questionamento.

Na visão de Ricardo Alexandre, o argumento referido acima não encontra guarida na Bíblia. Segundo ele, o próprio Jesus teria sido interrogado, inclusive por várias vezes. Além disso, os apóstolos enfrentaram forte oposição, perseguição e os mais variados tipos de situação. Vale destacar que os líderes apresentados na escritura não eram perfeitos, pelo contrário, tinha muitas vezes

seus pecados expostos. Portanto, nas palavras do autor, nossos líderes não devem ser enxergados como infalíveis, inerrantes e sem defeitos. Além disso, não se deve admitir o argumento de que para compreender nossos líderes, devemos reivindicar uma alta espiritualidade, mascarando assim, os erros e defeitos.

O bolsonarismo fundamenta-se no messianismo político. Segundo o autor, esse termo está atrelado a “alguém que foi designado desde a eternidade pelo próprio Deus para estar em um lugar específico, separado para uma missão específica.” É nesse ambiente fértil que Jair Bolsonaro emplaca sua campanha eleitoral de 2018. Declarado cristão, e segundo ele com uma missão a cumprir. Neste sentido, o messianismo envolto na fala de Bolsonaro vai além da relação clara com seu segundo nome, Messias.

Qual seria essa missão? Contra quem e contra o que? Supostamente, a missão de Bolsonaro seria “salvar o Brasil do “marxismo cultural” que, de alguma forma ameaçava o modelo de família Judaico-cristão contra a “esquerda” e os projetos anticristãos, e toda uma pauta “anticonservadora.” Foi sobre esse sedimento que Jair Bolsonaro se apoiou na campanha para o planalto de 2018.

Evidentemente, este cenário já vinha sendo montado desde meados da década de 1990, quando as famosas causas identitárias ganharam notoriedade, especialmente dos grupos LGBT e a forma de organizar as mais diversas possibilidades de modelos de família. Diante disso, a “igreja evangélica brasileira” cuidou em cortar as arestas desse movimento como se ela estivesse em “grande perigo.” Mesmo se declarando católico, Jair Bolsonaro não tardou em buscar alianças, não apenas com a bancada evangélica, mas com todo o movimento, dialogando, sobretudo, com os principais líderes das maiores denominações pentecostais e neopentecostais do país.

Seguindo esse percurso, Jair Bolsonaro inverteu o discurso que antes era voltado para os militares, agora dedica-se a debater a pauta “evangélica.” Neste ponto, Ricardo Alexandre cita a fala de um dos principais líderes das assembleias de Deus, onde segundo ele Bolsonaro era “o único candidato que falava o idioma do evangélico.” Falar esse idioma corresponderia a defender uma pauta conservadora, combate ostensivo da esquerda e militância anti-aborto.

Contudo, todo esse debate estava sob o alvo da imprensa. A existência dessa não traz consigo uma amistosa busca em transmitir os fatos reais, pelo menos não era o que Bolsonaro achava. Para ele, a imprensa fora forjada desde o início sobre os auspícios do poder, onde sua finalidade era transmitir boatos, ao invés de verdades. Muito embora, a imprensa também desempenhou ao longo dos tempos um papel fundamental na propagação das informações úteis para a sociedade. A grande questão entre a imprensa e Bolsonaro, segundo o autor, consiste no fato de que o presidente eleito não cultivava uma boa relação com a mesma, apenas com parte dela, ou melhor, com a imprensa que ele desejava promover a comunicação.

Além disso, um fato que chama à atenção de muitos é a forte admiração que Jair Bolsonaro tem pelos regimes ditatoriais. Isso ficou notório quando ele falou sobre um suposto fechamento do Congresso e do STF. Porém, seria forçar a barra afirmar que Bolsonaro seria um ditador. O próprio Lula com inspiração socialista, demonstra um demasiado apreço a Fidel Castro, além de apoio incondicional a Nicolás Maduro. Como bem destaca o autor deste livro, ambos, Bolsonaro e Lula “agem dentro do campo brasileiro, avacalhadamente democrático.”

No que diz respeito à democracia, ambas as chapas de 2018, se pautaram nela para a concorrência ao planalto, “apesar do pouco valor que o brasileiro tem dado a democracia.” A grande sacada é que Bolsonaro recorreu a um discurso

muito mais eficaz para persuadir seu público. Segundo ele seu governo se pautaria em “Deus,” daí o seu slogan de campanha e pós campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.” Neste ponto, o autor faz crítica em defesa do Estado laico. Ou melhor, a influência, sobretudo dos evangélicos no programa de governo de Jair Bolsonaro, com cargos do alto escalão, inclusive.

A crítica tecida pelo autor, está atrelada ao fato do Brasil ser considerado um Estado laico. Logo, o presidente deveria agir como tal. Porém, o que ocorreu, na fala do autor foi o início do processo de “teocratização da política brasileira.” Pois, desde uma oração feita no dia da vitória até os mais variados cargos, desde ministros de estado, secretários e embaixadores, todos, de alguma forma apresentam discurso “cristão.” O problema é que no Brasil existem dezenas de religiões diferentes. Diante disso, o respeito à diversidade deve ser mantido. Sobretudo, na igualdade, com os devidos direitos mantidos para todos.

O autor avança nas discussões, e apresenta o perfil de Jair Bolsonaro em relação aos que se opõem às suas ideias. O espírito belicoso, aliado à sua forte presença nas redes sociais, criaram um campo minado para várias polêmicas. Porém, essa postura para alguém que sustenta o título de cristão não é a adequada. Pois, “no que depender de vocês, vivam em paz com todos,” segundo a afirmação feita pelo apóstolo Paulo aos Romanos. Além disso, o próprio Senhor Jesus Cristo já havia mencionado no evangelho segundo Mateus que, muito felizes serão aqueles que promovem a paz.

Embora enveredando por uma sequência de polêmicas, Bolsonaro segue nos enalços dos grandes líderes religiosos do Brasil, sobretudo dos evangélicos. Nas palavras do autor, o “único capaz de salvar os crentes dos perigos do mundo.” E, assim como os líderes “evangélicos entendem a ideia de “não toque no ungido do Senhor,” baseados em 1Samuel 26.9, de alguma maneira, atribuem

esse benefício aos governantes atuais, especialmente os cristãos. Claro que esse texto não está se referindo a esse tipo de situação. A descontextualização é grotesca. O texto, segundo o autor, estaria se referindo a não matar. Ou seja, os líderes desconsideram o eufemismo nas entrelinhas.

Porém, essa descontextualização realizada pelos líderes das principais denominações carismáticas, tem penetrado nos lares, especialmente dos defensores de Bolsonaro. Diante disso, quem é contra algum posicionamento de Bolsonaro está de alguma forma sendo contra Deus e seu ungido. Evidentemente que esse pano de fundo está fora da interpretação correta das Escrituras. Todavia, a desobediência, a ofensa e a anarquia não fazem parte do posicionamento correto de um cristão.

Diante disso, para Ricardo Alexandre a polarização política que ocorreu no Brasil trouxe muitos prejuízos para a igreja, sobretudo para a comunhão entre os irmãos e líderes. Aparentemente “confessar a Jesus como Senhor já não era o suficiente, é preciso ser de direita. Ou de esquerda.” O jornalista enfatiza que essa polarização está sendo muito mais profunda, afirmando que “nessa nova realidade polarizada, se você é de esquerda, não pode achar que houve corrupção no governo do PT, por exemplo; se é de direita, não pode ser a favor de leis de incentivo à cultura.”

No cenário referido acima, o autor aponta duas questões as quais ele chama de demônio, populismo e caricatura. No primeiro, os governos tanto de direita quanto de esquerda, se interessam pela polarização política. Normalmente, o populista incentiva o desafeto para com seus opositores por meio da disseminação do ódio. Já a caricatura está atrelada a “uma reprodução deformada e exagerada de algo.” Daí, saem as afirmações de que quem é de esquerda é comunista, ou que quem é de direita é fascista. Sem dúvida, que

ambos, tanto o populismo quanto a caricatura trazem prejuízos, sobretudo quando disseminados nas redes sociais.

Ainda sobre a direita e a esquerda, Ricardo Alexandre cita dois depoimentos, o primeiro do pastor Franklin Ferreira e o segundo do pastor Ed René Kivitz, um inclinado para a direita e o outro mais à esquerda na perspectiva política. Ambos os posicionamentos baseados numa perspectiva bíblica. A reflexão que o autor mostra nesses depoimentos é a de que ambos os posicionamentos estão, de alguma forma, respaldados na bíblia. Dessa forma, o autor quebra com as velhas caricaturas já citadas sobre ser de direita e de esquerda e ser cristão.

Avançando no texto, Alexandre destaca a questão da economia em meio a pandemia da COVID-19 e a forma como os governos trataram, de forma inicial, esse problema. Quando foi anunciada a pandemia da COVID-19, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), entre as medidas que deveriam ser tomadas estava o isolamento social, e, conseqüentemente o fechamento do comércio, indústria, escolas etc. Diante disso, criou-se um dilema entre economia e saúde. Ou seja, como conciliar o problema da pandemia e a economia do Estado.

No Brasil, as figuras do ministro da economia, Paulo Guedes, e do presidente, Jair Bolsonaro ganharam notoriedade, especialmente pela forma como ambos conduziram as medidas iniciais no combate à pandemia da COVID-19. O autor menciona que Paulo Guedes teria afirmado que para aniquilar o coronavírus seria necessário realizar as reformas, que por meio delas viriam os investimentos, e, conseqüentemente os empregos. Já o presidente, teria classificado a pandemia como uma "fantasia" uma "gripezinha." Neste sentido, ao passo que o mundo caminhava na direção do combate a pandemia do COVID-

19, Bolsonaro conseguia dividir o Brasil, entre os que defendiam e os que eram contra o isolamento social.

Para além do contexto da pandemia, o autor aponta como Jesus Cristo se posicionou diante dos mais frágeis da sociedade, como por exemplo os pobres e os excluídos da sua época. E claro, o apelo que o Mestre nos faz para continuarmos a realizar sua obra pelo mais necessitados. Porém, o autor menciona os desafios relacionados a assistência negada aos pobres e excluídos, não apenas pelos governantes, mas também pela igreja. Historicamente, os pobres, aleijados, idosos, negros, homossexuais entre outros foram, de alguma forma, alvos de preconceitos e até impedidos de viver ou de constituir uma família.

Avançando, o autor destaca a influência das igrejas pentecostais no Brasil que, ainda no século XX, chegaram ao expressivo número de 24 milhões de fiéis. Com suas doutrinas baseadas no sobrenatural e sua escatologia pessimista enfatizam suas prioridades nas questões voltadas para o espiritual em detrimento das “questões sociais imediatas de uma sociedade.” Daí, explica-se a ênfase dos líderes evangélicos em relação às agendas conservadoras como votar em um candidato com agenda moral do que em outro com agenda social.

Ricardo Alexandre desafia o leitor a pensar sobre um olhar alternativo:

Um olhar voltado para o que a bíblia nos ensina a respeito da igreja de Jesus, uma multidão de gente que se reúne em comunidades mais variadas, desde as mais conservadoras às mais progressistas. Gente que continua vestindo os que estão nus, visitando os que estão presos, alimentando os que estão famintos, oferecendo-se para ser as mãos, ombros, as pernas e o coração do mesmo Jesus de Nazaré que andou “por toda parte fazendo o bem” (AT 10.38) e restaurando a dignidade de milhares de vidas que a sociedade insiste em chamar de indignas de viver. (P.131)

Nesse ponto, o autor menciona uma galeria de homens e mulheres, tanto da ala mais conservadora, quanto os mais de esquerda, que atuaram em suas vidas seguindo o exemplo de Cristo. Homens e mulheres como Martin Luther King, Jhon Stott, Paulo Cappelletti, Edmeia Williams, Pr. João Doca, Fábio Silva, Carlos Bezerra Jr, Antônio Carlos Costa entre muitos outros que dedicaram suas vidas e trabalhos às causas sociais, independente das suas orientações políticas.

Diferentemente dessas grandes contribuições sociais, o autor afirma que à agenda política conservadora do presidente Jair Bolsonaro e companhia, definem os direitos humanos como “o esterco da vagabundagem” e, em seu programa de governo a ênfase é no armamento da população, logo a ideia de “bandido bom é bandido morto” passou a ser pronunciada com muita frequência pelos apoiadores de seu governo.

Diante disso, tornam-se notórios os conflitos entre esses posicionamentos e uma postura genuinamente cristã. Especialmente, quando o presidente Bolsonaro aceita, por parte de alguns líderes evangélicos pentecostais, fazer uma convocação nacional para um jejum. Neste ponto, o autor destaca o uso indiscriminado do jejum em favor do Presidente, e de alguma forma, solicitado por ele mesmo. Segundo Ricardo Alexandre, o jejum é uma pratica milenar utilizada pelas principais religiões do mundo, porém enfatizada no judaísmo. A prática do jejum, segundo o autor, está intrinsecamente ligada “à oração, ao quebrantamento, ao arrependimento e à humilhação, e não apenas à privação do alimento.” Segundo o autor, esse posicionamento, não apenas está fora do contexto bíblico, como também fere o princípio da laicidade previsto na constituição.

Ademais, o autor faz uma distinção entre religião e espiritualidade. Para ele a religião está ligada ao que praticamos e renunciamos em nome da fé, já a espiritualidade vai além da nossa capacidade visível, transcende as nossas

“faculdades sensoriais.” Um bom exemplo utilizado pelo autor diz respeito ao encontro do Senhor Jesus com a mulher samaritana narrado no evangelho de João. Nele, encontramos Jesus enfatizando para a mulher samaritana onde realmente interessava adorar a Deus, e claro de que forma. Jesus afirma: “está chegando a hora, e de fato já chegou, em que os verdadeiros adoradores adorarão o pai em espírito e em verdade.”

Neste sentido, interessa pensar e diferenciar os que seguem a Jesus dos que em seu nome tentam angariar interesses próprios. Por isso, é do interesse de muitos políticos se aproximarem da religião e de seus seguidores. No caso brasileiro, “Bolsonaro enxergou um contingente do Brasil até então invisível.” Para o autor, a base política de Bolsonaro é majoritariamente evangélica, e claro, sempre nos momentos difíceis, ele recorre a ela. A crítica feita pelo autor consiste no fato dessa parcela de cristãos evocarem um discurso moral, e por conta disso se casarem perfeitamente com a agenda de governo. O problema é que muitos não cristãos enxergam a religião como “câncer do mundo.” Isso seria “consequência direta do uso que certa ala da igreja faz do moralismo e do dogmatismo como ferramentas para justificar seu preconceito, seu autoritarismo, sua intolerância.”

No Brasil, o campo fértil para a propagação dessas ideias foi a partir dos anos 80, com a ampla divulgação da pregação sobre batalha espiritual e teologia do domínio. Oriundos de igrejas neopentecostais, onde os políticos desenvolvem um grande interesse. Segundo Ricardo Alexandre, as igrejas neopentecostais surgiram no Brasil a partir de subdivisões entre as igrejas pentecostais, conhecidas como “ondas”. No caso a “terceira onda,” é reconhecida como neopentecostalismo. A ênfase desse movimento é completamente direcionada às questões espirituais. Além disso, frequentemente recorrem a elementos do

judaísmo para fundamentarem suas crenças. Como por exemplo. óleo de unção, profecias, Jerusalém mística, entre outras.

Nesse contexto, o autor traz à discussão os principais acontecimentos ocorridos no Brasil em relação a política Nacional de 2018. Entre as questões, consta o alinhamento político de Bolsonaro com o grupo evangélico neopentecostal. Entre o discurso, os principais foram; “Deus, família, aborto, Israel, luz contra as trevas, doutrinação homossexual, ameaça comunista.” Além disso, Bolsonaro recorreu ao uso de versículos bíblicos, como por exemplo o conhecido versículo de João 8:32 que diz: “e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.” Com isso, Bolsonaro ganhou a simpatia de milhões de evangélicos em todo o Brasil, e, conseqüentemente chegou ao poder.

Anterior a eleição de 2018, o Brasil vivia incertezas no campo da política, especialmente nas questões relacionadas a corrupção. Notícias diárias de corrupções envolvendo o governo do PT, inclusive envolvendo grandes figuras do governo, até ministros. Ao todo, 38 nomes foram julgados. A grande questão que o autor destaca, é que a corrupção no governo do PT, ocorreu e, de alguma forma foram expostas. Todavia, o autor ressalta que a corrupção, mesmo que eliminasse todos os partidos políticos do Brasil, mesmo assim ela continuaria a existir, pois, este mal está no coração do homem. O próprio apóstolo Paulo na carta ao Romanos afirma que deseja fazer o que é certo, porém, em vez disso faz aquilo que odeia.

Porém, Ricardo Alexandre enfatiza duas questões, as quais, considera importantes para o combate aos impulsos de corrupção do homem. As leis e a democracia. Para ele, as leis, no caso do Brasil, ganharam uma nova roupagem a partir da nova constituição de 1988. Como por exemplo a autonomia da polícia federal. Com isso, foi possível o desencadeamento de diversas investigações do alto escalão dos três poderes, entre as quais, a operação Anaconda e a Lava jato.

Em relação à democracia, o autor destaca que ela possibilita o combate à corrupção. Segundo ele, num regime democrático “as instituições atuam de forma independente, a imprensa é livre e forte, e a corrupção pode ser denunciada.”

Um bom exemplo que nos ajuda a entender melhor sobre a democracia como meio de combate a corrupção, foi a prisão de José Dirceu e de Antônio Palocci, ambos ministros do governo do PT, que foram presos durante o próprio governo do PT. Já num regime autoritário, segundo o autor “as instituições são centralizadas, as leis privilegiam castas, os adversários políticos são inimigos pessoais, a polícia federal age a serviço do governo e a imprensa é satanizada.” Neste sentido, a corrupção pode acontecer de forma que poucos a percebem.

No que diz respeito a Bolsonaro e sua relação com a corrupção, o autor enfatiza que, de fato, durante os mais de 30 anos de vida pública, Bolsonaro não teria sido acusado. Porém, segundo Ricardo Alexandre durante todo esse tempo Bolsonaro teria tido uma participação ínfima no parlamento, sendo considerado do “baixo clero” na política. Porém, ele usou dessa bandeira de “não ter se corrompido” para ganhar espaço. Além disso, na campanha de 2018, o líder nas pesquisas estava preso, acusado de corrupção. Neste sentido, argumenta o autor que Bolsonaro teria sido eleito não pelo que já tinha feito durante seus 30 anos de vida pública, mas pelo que não tinha feito.

Com a bandeira conservadora aliada ao forte apelo da não corrupção Bolsonaro foi eleito. Para o cargo de ministro da justiça empossa Sérgio Moro, que imediatamente propôs o pacote anticrime. Porém, após um ano de cinco meses, e um sequênciade interferência de Bolsonaro na pasta da justiça, Sérgio Moro pede demissão. Tudo isso coloca em “xeque” a insistente agenda anticorrupção de Bolsonaro, especialmente, pelas suas interferências em órgãos da justiça para benefício do seu clã.

Avançando para à parte final do livro, Ricardo Alexandre empenha-se em tecer as últimas críticas sobre o apoio incondicional dos pastores evangélicos, inclusive de igrejas históricas a candidatos, especialmente a Jair Messias Bolsonaro e seus posicionamentos “radicais.” Segundo o autor em alguns momentos Bolsonaro teria sido aclamado até mesmo de profeta. Neste ponto, o autor enfatiza que a legislação brasileira, de certo modo, proíbe o apoio institucional de igrejas a candidatos. Diante disso, Ricardo Alexandre destaca os prejuízos causados no interior das igrejas por conta desse tipo de apoio político, pois, segundo ele os templos são espaços comuns, onde diversos fiéis se reúnem, porém com vários pontos de vista, o que em muitos casos não são respeitados quando os líderes escolhem seus candidatos de estimação para si e para os membros da igreja.

Segundo Ricardo Alexandre, apenas dois presidentes evangélicos teriam governado o Brasil, Café Filho e Ernesto Geisel. Porém, somente no ano de 2002, com as eleições para presidente, que surgiria a expressão “irmão vota em irmão.” Na ocasião, o então candidato evangélico Anthony Garotinho concorria ao planalto com um discurso embasado no nacionalismo. O autor ressalta que Garotinho teria andado o país à fora, especialmente, visitando as igrejas, e claro, pedindo votos. Como bem destaca o autor, “a barganha é típica da mentalidade religiosa pagã.” Normalmente, ofertam a resolução dos problemas mais triviais da sociedade, o que não garante que sejam cumpridas.

Por outro lado, o autor enfatiza a importância de nos sentirmos atraídos pelas propostas de candidatos que apresentem projetos de amparo aos mais necessitados, que tenham objetivos claros sobre a situação dos órfãos, viúvas e dos estrangeiros. Além disso, nosso coração deve repudiar candidatos que tragam projetos genéricos de apoio ou privilégio para às igrejas, em troca de barganha. No fim das contas, candidatos desse tipo são considerados lobos.

Normalmente, usam discursos aparentemente confiáveis para depois tirar proveito. Assim, a recomendação fundamental é “e conhecereis a verdade e a verdade os libertará” (Jo 8.31-32).

A obra resenhada, traz a luz questões atuais e relevantes sobre parte da política brasileira e a influência dessa no movimento evangélico do país. É certo que os temas trabalhados nesse livro não esgotam as questões e os problemas existentes. Contudo, reconhecemos em primeiro lugar que Ricardo Alexandre, apresenta uma visão equilibrada sobre o contexto da política e da religião, sobretudo dos últimos quatro anos do Brasil. A reboque, destacamos um segundo ponto, a imparcialidade autoral, possibilitando ao leitor fazer suas próprias considerações sobre os temas elencados. Uma possível crítica ao livro em baila está no fato de não abordar com maior profundidade as questões históricas dos assuntos principais, sobretudo a formação política, religiosa e até mesmo territorial do país e o quanto isso reverbera nos dias atuais, especialmente nos temas abordados neste livro.